

Novo Ensino Médio na prática: *a implementação da reforma na maior rede de ensino básico do país*

 **MÁRCIA APARECIDA JACOMINI***

Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos-SP, Brasil.

Embora discussões sobre mudanças no ensino médio estivessem acontecendo desde 2013, com base no Projeto de Lei n.6.840-A/2013 que tramitava no Congresso Nacional, foi a partir das mudanças na conjuntura nacional que culminaram no impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 31 de agosto de 2016, que a reforma tomou corpo; o então presidente Michel Temer usou um expediente, típico de assuntos urgentes ou de governos autoritários, para fazer a reforma do ensino médio: a Medida Provisória n. 746, de 22 de setembro de 2016. Posteriormente, a MP foi convertida pelo Congresso Nacional na Lei n.13.415, sancionada por Temer em 16 de fevereiro de 2017.

Para justificar a reforma, construiu-se uma hegemonia em torno de ideias como: ‘o ensino médio está em crise’; ‘o ensino médio não corresponde às expectativas dos/as estudantes, por isso há muita evasão’; ‘o ensino médio focaliza o preparo para a universidade, num contexto em que a maioria não segue o percurso acadêmico’ etc. Essas ideias passaram a explicar todos os problemas que envolvem essa etapa da educação básica, e a reforma do ensino médio foi apresentada como a solução para todos eles. Esse foi o contexto de uma reforma educacional de enormes proporções feita pelo alto, sem a participação das comunidades escolares e acadêmicas e da população de modo geral, mas com importante participação dos representantes do capital por meio de institutos, fundações e associações privadas.

Na essência, a reforma do ensino médio representa uma ruptura com a oferta de uma formação científica e humanística comum e geral a todos/as os/as estudantes que concluem a educação básica, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.9.394/1996. A reforma reforça e legitima a dualidade escolar ao direcionar estudantes das classes populares para ‘itinerários formativos’ que dificultam a continuidade dos estudos em nível universitário e não fornecem a esses/as estudantes a mesma formação técnico-profissional dos Institutos Federais e das escolas técnicas públicas, por exemplo, que atendem a uma pequena parcela da população. Ou seja, a reforma do ensino

* Doutora em Educação e professora do Departamento de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo. *E-mail*: <jacomini.marcia@gmail.com>.

médio implica um rebaixamento do acesso ao conhecimento a jovens brasileiros/as; mas não para todos, já que as elites e as classes médias não permitirão a simplificação curricular nas escolas que atendem seus filhos.

O estado de São Paulo foi o primeiro a aprovar um novo currículo para o ensino médio, em julho de 2020, motivo de orgulho para o então secretário da educação Rossieli Soares da Silva, que deixou o cargo no dia 1 de abril de 2022, para concorrer ao cargo de deputado federal pelo PSDB/SP. Em 2021, durante a pandemia, com as escolas ainda fechadas, iniciou-se a implementação do Novo Ensino Médio (o nome-fantasia da reforma) para estudantes que cursavam o 1º ano dessa etapa da educação básica.

O processo foi um tanto conturbado, com base em consultas que, pelo caráter aligeirado e desprovido de discussões – em parte pelas imposições advindas da condição pandêmica, em parte pelo caráter pouco democrático da gestão Rossieli –, não se consubstanciaram em participação efetiva das comunidades escolares. Nesse sentido, o Novo Ensino Médio na rede estadual paulista tem apresentado problemas que vão muito além daquilo que poderia ser considerado característico de mudanças educacionais de grande porte. Para conhecer alguns desses problemas na perspectiva de profissionais que estão acompanhando a implantação do Novo Ensino Médio nas escolas da rede estadual de ensino de São Paulo, convidamos três diretoras escolares para falar sobre a experiência: Héliida Lança¹, Márcia Regina da Silva² e Janaina Paulieli Lavado³.

Márcia Jacomini: Quando teve início a implementação do Novo Ensino Médio na escola? Quando começou efetivamente para vocês?

Héliida Lança: Em 12 de março de 2019 foi a primeira formação, um percurso formativo que eles colocaram na Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo – EFAPE com o nome de *Diretrizes Educacionais do Planejamento 2019*. E ali, um dos assuntos tratados já foi o Novo Ensino Médio. Assim, eles/as foram homeopaticamente. As primeiras conversas... obviamente que não vinha o susto todo de uma vez, ainda que já conhecêssemos a lei [n. 13.415/2017, que instituiu a reforma no país] e o que estava por vir. Mas cada sistema regulamentou com a sua especificidade. A gente não tinha muita esperança, porque sabemos que o Rossieli tinha um modo de gerir a educação que éramos contra. Então a gente já tinha uma expectativa com relação a isso, mas ele não soltou tudo de uma vez. Nessa primeira formação, eles/as chamaram assim, *Apresentação do Secretário Rossieli sobre as diretrizes educacionais da nova gestão e do Novo Ensino Médio*. Era um dos tópicos daquela formação, que era para os/as diretores/as.

Márcia Jacomini: E para os/as professores/as, quando foram as primeiras orientações ou formação sobre o Novo Ensino Médio?

Hélida Lança: Na introdução do currículo, ele [Rossieli Soares da Silva] declarou que, ao longo de 2020, foram realizados vários seminários e consultas a professores/as, estudantes e equipes. Na escola onde eu trabalho nunca recebemos nenhum convite ou convocação para nenhuma atividade desse teor. Não tivemos conhecimento, embora o ex-secretário afirme isso. Então, efetivamente na escola, começou em 2021. Em 2021 já virou Novo Ensino Médio. Só que qual estratégia eles/as utilizaram? Eles/as mudaram o nome do sistema. Então os/as estudantes que entraram na primeira série em 2021 já não eram mais alunos/as do ensino médio, e sim alunos/as do 'Novo Ensino Médio'. Eles/as mudaram o nome do curso no sistema, mudaram o código. Só que a matriz curricular de 2021 para estudantes do 1º ano do ensino médio não sofreu nenhuma alteração. Então, pela primeira vez na minha vida – e eu sou diretora de escola há 20 anos –, eu fiz a homologação de uma matriz curricular incompleta, da qual só constavam as disciplinas e a carga-horária do 1º ano do ensino médio. O 2º e o 3º anos estavam em branco, e as matrizes de 2021 foram homologadas assim. Porque, durante o ano, eles/as foram soltando uma coisa de cada vez... aos poucos. Então, lá para março de 2021, começaram as primeiras formações. A pandemia no auge, não é? Porque houve aquela tentativa de retorno no início de 2021 [as aulas presenciais estavam suspensas na rede estadual], mas quando foi março, já tivemos que retirar o presencial de novo. Então tudo foi pelo Centro de Mídias [da Educação de São Paulo, plataforma de ensino remoto criada pelo governo paulista], que para o Rossieli é sensacional, que ele adora. E a pandemia veio bem a calhar para esse Centro de Mídias crescer. Então tudo aconteceu por lá. O Rossieli começou a fazer as *lives*, sem qualquer interação. Assim, nunca houve e nunca vai haver interação dentro desse modelo, porque é a estratégia deles. Nós na escola viemos fazendo discussões a respeito disso desde a Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Mas aí era uma coisa específica da escola, não era uma ação formativa da pasta.

Janaína Paulieli Lavado: Realmente, para os/as professores/as chegou em 2021, com palestras e *slides* de PowerPoint, que iam sendo repetidos a cada formação. Toda formação, eles/as passavam o mesmo PowerPoint, explicando como seriam as unidades curriculares no 2º ano e no 3º ano. E eles/as fizeram uma jogada que foi assim: como eles/as não mudaram, acho que por conta da pandemia não tiveram tempo de organizar a grade para o 1º ano do ensino médio, eles/as colocaram que no 1º ano do Novo Ensino Médio valeriam as disciplinas do Inova Educação⁴. Então, o que é o Novo Ensino Médio? São as disciplinas do Inova no 1º ano do ensino médio. Aí, é a partir do 2º ano que os/as alunos/as optam pelos itinerários formativos, e aí vai aumentando a carga horária de itinerários. Tanto que eles/as colocam lá nos slides que eles mostram: Formação Geral Básica e formação específica. E aí, na formação específica – a formação diferenciada –, eles colocam 'Inova'. Aí, no 2º ano, diminui a Formação Geral Básica e entram a formação específica mais as matérias do Inova. No 3º ano diminui a parte geral ainda mais, aumenta a formação específica e mantém as matérias do Inova Educação.

Realmente, lá em 2018, quando veio a BNCC, a gente aqui na escola se reuniu. Acho que foi a única ‘consulta’ que eu me lembro de terem feito. Pediram para a gente se reunir. Teve um chamado *Dia D*, em 2018. E aí a gente tinha que se reunir com os/as professores/as para discutir a BNCC. E aí, quando a gente tinha que preencher para poder entregar os resultados da discussão, eu acho que a gente nem chegou a passar as informações para o sistema. Foi uma coisa meio assim: ‘vamos consultar, e onde que a gente dá essa resposta?’. A gente nunca teve onde colocar essa resposta. Eu sei que a gente colocou lá – até outro dia eu tinha as folhas aqui – ‘em repúdio à BNCC, repúdio à BNCC’. A gente colocou ‘não’ para tudo. Foi a única vez que houve uma consulta pensando em um ensino médio mais específico. O que eu sei é que, depois de um tempo dessa consulta, eles/as divulgaram que a maioria das pessoas concordou. Eu falei, ‘nossa, será que só a gente não concordou?’. Mas foi, eles/as deram o resultado dessa consulta. Não sei se vocês se lembram. Eles/as deram o resultado dessa consulta dizendo que era algo que todo mundo queria e que os/as professores/as também ansiavam por aquilo e tal. E isso foi lá em 2018. O primeiro ano em que eu estava aqui na gestão da escola.

Márcia Regina da Silva: Acompanhamos essa questão principalmente no primeiro ano que foi apresentado o que o Inova Educação seria. Mas é interessante que não se discutia a concepção, a fundamentação. Uma política da Secretaria da Educação apresentar só a estrutura: ‘vai funcionar assim’. Eles/as não apresentam por que as coisas vão funcionar daquele jeito, qual é o fundamento das coisas, qual é a justificativa teórica das coisas.

Hélida Lança: Então, veio em 2018 essa fala, mas aqui na nossa Diretoria de Ensino foi muito superficial. Eles/as trabalham como se as coisas fossem um Lego, só encaixando peças sem nós sabermos a concepção, a orientação, a formação, a fundamentação. Transformaram o Inova, que já existia, em formação básica e colocaram na grade. A gente nem sabia que o Inova Educação era o Novo Ensino Médio. E aí, quando foi para implementar o [NEM no] 2º ano, agora em 2021, começou um debate, mas sempre a mesma apresentação da estrutura sem o recheio, sem dizer como as coisas iam acontecer. E mesmo quando os itinerários formativos foram apresentados, eu lembro que eu tirei férias em setembro e em outubro teve uma reunião na qual eles/as falaram da expansão [da carga horária]. Porque a gente não tinha em mente que, apesar de nós sabermos que estava sendo ampliada a grade horária, o número de horas, a gente não tinha dimensão de como aconteceria. Aí, em outubro, veio uma reunião falando que as crianças teriam que ou estudar depois do período ou estudar antes do período. Então foi uma surpresa, pois a gente não tinha essa dimensão, apesar de ser uma coisa lógica aumentar a grade. Mas a gente não sabia como. Nós temos o ensino médio noturno, a opção de ter que ser remoto pelo Centro de Mídias da Educação de São Paulo – CMSP e as dificuldades que nós temos com essa questão. Mas no ano passado foi tudo remoto. Nenhuma reunião presencial, nenhum tipo de

intervenção. E a gente passou por isso, que parece que educação é só você montar a estrutura e depois você põe os recheios, sem a gente poder refletir, fundamentar e problematizar.

Márcia Jacomini: Como vocês estão lidando com a questão do aumento da carga horária dos/as estudantes?

Márcia Regina da Silva: Os nossos 2º e 3º anos do ensino médio são no período noturno. Os 1º anos são de manhã, até por uma opção, porque o primeiro ano noturno era muito complexo. E eu tenho dez salas de aula. Dessas, duas são adaptadas, são salas apertadinhas. E os/as alunos/as dos anos finais do Ensino Fundamental saem da escola às 18h35. O noturno começa às 19h. Então, não há espaço físico para acomodar uma expansão presencial. Se você tem espaço físico, você consegue chamar os/as estudantes antes, começar o turno antes. Então, pela falta de espaço físico, nós tivemos que optar pela questão remota. Então, a partir das 17h – começamos às 17h porque os/as estudantes precisam de um tempo para sair da aula e vir para a escola. Não dá para terminar às 19h, então deixamos um período para eles/as terminarem e virem para a escola. E uma parte dos/as professores/as transmite aqui a partir da escola, e uma parte transmite de onde estiver, porque a legislação permite que essa transmissão também seja remota. E nós estamos utilizando o Centro de Mídias da Educação de São Paulo para gravar as aulas e deixar à disposição dos/as estudantes. Mas a adesão tem sido bastante limitada, pois muitos/as estudantes trabalham, outros/as não têm equipamentos e outros/as falam assim, ‘ah, gente, nós estamos no presencial. Eu não tenho mais que assistir CMSP’. Então, essa lógica de que aumentou a carga-horária e eles/as devem acompanhar remotamente, é uma coisa que... acho que foi muito cansativo na pandemia... eles/as rechaçam... Tem a turma que assiste, mas estamos com dificuldade de ter uma adesão massiva da coisa.

Hélida Lança: A minha situação não é diferente. É uma escola só de ensino médio, com 2.300 alunos/as. O prédio tem oficialmente 18 salas de aula, mas a gente trabalha de manhã com 19 turmas, à tarde com 20 e à noite com 18. Então, temos zero de espaço sobrando. Essa questão do espaço físico impede de pensar em qualquer outro arranjo dentro daquilo que a Seduc-SP possibilitou. Ainda que nós tivéssemos espaço físico, eu tenho dúvidas se os/as estudantes teriam condição de ficar no contraturno, porque a nossa é uma escola de passagem. Os/As estudantes, em sua grande maioria, mais de 80%, não moram na região e nem próximo. Eles/as vêm dos bairros mais distantes da periferia Leste e, portanto, uma boa parte deles/as ou trabalha no contraturno ou faz Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai ou faz Escola Técnica Estadual – Etec. Muitos mesmo. A grande maioria deles/as já tem uma outra ocupação no contraturno. Então, ficou mesmo no Centro de Mídias. Às vezes funciona, às vezes não. Tem estudante que participa, tem estudante que não. Tem estudante que reclama, tem estudante que nem consegue aceitar o fato de isso

existir, como a Márcia Regina colocou. Então é bastante complicado. Mas tem uma brecha aí que me incomoda muito. Se o Novo Ensino Médio começou em 2021 – porque é isso, era o prazo – por que é que no 1º ano do ensino médio lá de 2021 não teve a ampliação que tem agora no 1º ano de 2022? Esses/as jovens que começaram no 1º ano, em 2021? À noite... a Márcia Regina talvez não tenha percebido isso, porque ela não tem 1º ano noturno. Eles/as têm, assim, olha, três aulas de Língua Portuguesa presenciais e uma no Centro de Mídias; uma aula de Sociologia presencial e uma na expansão; Matemática, tem presencial e uma na expansão. Quem entrou um ano antes, que já era o Novo Ensino Médio, não fez isso. Então, quer dizer, eles/as não vão cumprir a carga-horária que a legislação exige.

Janaína Paulieli Lavado: Como vai ficar esse histórico, não é? Como é que vai ficar esse histórico?

Hélida Lança: Então, aí essa coisa da escrituração escolar e dos controles da Seduc-SP é uma outra coisa que eu até anotei aqui, quando a Márcia Jacomini pergunta das dificuldades, isso é mesmo um problemão. Eu fico pensando assim: eles/as têm um discurso tão apegado na legislação e deram esse ‘gato’ aí, deram esse pequeno golpe nos/as estudantes que começaram em 2021 no noturno. E a Educação Física do 2º ano também foi para a expansão, e os/as estudantes odeiam o fato de não terem a Educação Física no horário da aula presencial. A maioria gosta muito. Educação Física está na expansão, mas Artes não. A Educação Física, ela pode ser oferecida tanto presencialmente como no Centro de Mídias, mas tem que ser no contraturno. E os/as estudantes não podem, pois estão fazendo outra coisa. Então, teve que ficar no Centro de Mídias; até porque, imaginem, com uma escola desse tamanho, onde é que iríamos pôr esses meninos e meninas mesmo que eles/as pudessem vir à escola? E é um imbróglio! E os/as professores/as dessas disciplinas também tiveram as suas jornadas prejudicadas. Aí os/as professores/as de Educação Física e de Artes se entupiram de aulas do Inova por causa do déficit de oferta dessas disciplinas. E também porque não quiseram ficar com as aulas em EaD... porque é isso, não tem outro nome. Então, essa diferença de carga-horária das turmas do ano passado para esse me incomoda bastante.

Janaína Paulieli Lavado: Bom, aqui é uma escola do Programa Ensino Integral – PEI. Aqui a gente tem dois turnos. Então eles/as não ficam mesmo o dia inteiro, eles/as ficam das 07h às 14h e das 14h15 às 21h15. Aqui aumentou a carga-horária, mas por conta do PEI. E a gente não tem tido dificuldade do ponto de vista da atribuição das aulas. Assim, todos os itinerários estão contemplados entre os/as professores/as, a maioria que já dá aula para as salas. A gente tem esse problema sim com a Educação Física. Só estão tendo aula com a professora de Educação Física os/as alunos/as que escolheram o itinerário em que ela está, e Artes a mesma coisa. Eles/as ficam bem chateados com isso. Tiraram realmente da Formação Geral Básica.

Márcia Jacomini: A outra questão que já estava na fala da Márcia Regina diz respeito à comunicação. Vocês já falaram um pouquinho sobre a formação, mas vamos retomar esse assunto: que tipo de formação a Seduc-SP tem proporcionado aos/as professores/as? E como tem sido a comunicação da Secretaria com as escolas?

Janaína Paulieli Lavado: Com relação à formação, não tem formação, a não ser alguns cursos pela EFAPE. O que eu vejo aqui na escola são professores/as se debruçando para estudar, para aprender, para pensar em estratégias, porque o material é novo, porque o conteúdo nem sempre dialoga com o conteúdo da Formação Geral Básica – quase nunca dialoga. Então, está meio que desconectado e eles/as estudam. E eu tenho visto que eles/as têm se empenhado para tentar fazer o melhor possível. A professora de Educação Física, por exemplo, no itinerário dela, ela precisa ensinar danças. Então, são só danças, nada de esporte, nada dos esportes que os/as alunos aprenderam no decorrer dos ensinamentos fundamental e médio. Então, ela falou assim: “*ah, eu fui atrás de um professor de capoeira, fui atrás disso, daquilo, para ensinar, para trazer. A gente faz pesquisa*”. Então eles/as estão se debruçando bastante para tentar dar conta. Com relação ao respaldo da Secretaria, o que é que a gente tem? Cobrança, não é? Porque já veio aqui o prazo para as novas escolhas dos itinerários dos próximos anos. Então a gente tem até dia tal para os/as alunos/as escolherem. É isso: vai e faz. Pouquíssima ajuda.

Hélida Lança: Eu só vou complementar o que a Janaína disse, porque de fato é uma avalanche de informações. O ano de 2021 foi uma loucura, porque eram muitas *lives* para se assistir. Parece que eles/as achavam que a gente não tinha outra coisa a fazer na vida a não ser assisti-los nessas *lives*. Agora, eles/as criaram uma espécie de documento de transmissão de orientações, que são os comunicados conjuntos a que as escolas não tinham acesso. Não recebíamos esses comunicados diretamente. No início sim, mas aí começou a surgir denúncia, começou a cair na imprensa e ele [o secretário da educação] proibiu os/as dirigentes de repassar esses comunicados às escolas... mas é claro que a gente conseguia. Alguns comunicados chegavam a ter 30 páginas. E dentro desse comunicado, um milhão de outros *links* que levavam para outros lugares, com orientação da orientação.

Então, parece que há uma estratégia para desorientar mesmo, para todo mundo se sentir perdido e inseguro, no sentido de não ter força para se levantar contra. Porque essa avalanche confusa e contraditória, esse excesso de informação, não forma ninguém. A Janaína disse: ‘olha, eles/as usam sempre os mesmos *slides*’. E é verdade: os mesmos *slides* daquelas *lives* que eles/as chamavam de ‘Arquitetura do Novo Ensino Médio’. Só que, se você for fazer um estudo comparado desses *slides* – porque eu fiz isso – de um para o outro vai mudando um detalhe. E isso vai confundido quem está tentando fazer a gestão, a formação das turmas, a atribuição das salas. Ou eles/as mudam de ideia ou usam isso como estratégia para nos fragilizar ainda mais.

Não houve preocupação em nos formar, em nos convencer a respeito dessa proposta curricular. Por mais que a gente saiba que é uma exigência de uma legislação federal, por mais que a gente possa até fingir que não sabe que esse projeto é do Rossieli, desde quando ele estava no MEC, na condição de secretário da educação básica. Eu nem vou falar como ministro, porque eu prefiro nem considerar aquele pouco tempo, não é? Mas ele é o pai do bebê. Então ele não se dá ao trabalho de convencer a rede... Quais argumentos são utilizados? Aqueles mesmos que justificam a MP 746/2016, de que os/as estudantes têm muitas disciplinas, de que os saberes são fragmentados. Só que o/a nosso/a estudante que tinha 15 disciplinas há dois anos, no 2º ano, agora ele tem 20 disciplinas. Então, eles/as usaram um argumento que, na prática, está sendo contradito por eles/as mesmos/as.

Márcia Regina da Silva: Em relação à formação, nós fomos chamados recentemente. Eles/as chamam um/a único/a professor/a da disciplina, principalmente Português e Matemática, para ir lá fazer a formação do Núcleo Pedagógico. A formação também é receita de bolo: ‘você faz assim, assim, assim’. Sem espaço para reflexão, sem espaço para questionamento. Estão chamando diretores/as e coordenadores/as também. Eu participei de duas dessas formações, em que, quando você procura se colocar, ou você é ignorado/a, não te deixam falar, ou você é ignorado/a, depois da sua fala, fazem de conta que você não falou. Então nós temos vivido com isso. Acho que uma coisa que é importante falar também é que o MEC não conversa com a Seduc-SP. Nós fizemos no primeiro semestre do ano passado uma escolha do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD do itinerário. Não havia conhecimento de quais itinerários formativos a escola teria, e veio o PNLD para escolher os itinerários. Esses livros chegaram agora. A gente olha para eles e fala assim: ‘uma coisa não conversa com a outra’. Então deveria ter uma política de integração entre o MEC e a Seduc-SP, ou nós já deveríamos saber, no primeiro semestre do ano passado, quais seriam os nossos itinerários para fazer a escolha do PNLD, e não houve isso.

Eu queria aqui fazer um adendo. Para a Seduc-SP, essa é a concepção de formação. Ela considerou que as *lives* intermináveis são formação, que esses PowerPoints intermináveis e repetitivos são formação, e que se você só fala da estrutura das coisas é formação. Enquanto isso, apresentamos as dificuldades: os/as professores/as não sabem, os/as professores/as que não estão na rede ou estão em busca de aula não sabem qual aula eles/as podem ministrar, porque os itinerários não fazem parte do conhecimento do/a professor/a. Então, aí você tem duas coisas: um/a professor/a com formação, com licenciatura plena, que não sabe se pode ministrar essa ou aquela aula, e outro/a professor/a com bacharelado pegando aula porque a gente fala com ele/a, a comissão de atribuição fala, que ele/a pode dar aula daquele itinerário. São questões bastante complexas, porque para a Seduc-SP formação é isso, é você ficar repetindo qual é o procedimento. É assim: ‘qual é o procedimento?’. E não assim: ‘por que é que você vai fazer isso? Como você vai fazer isso? De que maneira nós podemos contribuir para melhorar esse processo que foi colocado?’.

Márcia Jacomini: Agora eu gostaria de ouvir vocês sobre as virtudes e as críticas ao Novo Ensino Médio.

Hélida Lança: Para mim a única virtude que essa reforma tem é a possibilidade de ela ser revogada. Eu acho que é importante reforçar que não nos surpreende, mas nos incomoda, é o quanto a Reforma colabora para eles/as retirarem ainda mais a capacidade de escolha das escolas. Ainda que não seja uma especificidade do ensino médio, as Aulas de Trabalho Pedagógico Coletivo – ATPCs foram desmanteladas nas escolas regulares. Então, os momentos coletivos para refletir sobre o currículo foram reduzidos. Os/As professores/as fazem boa parte das ATPCs com a ‘cara’ no *smartphone*, assistindo ao Centro de Mídias. E o tempo coletivo foi reduzido a 45 minutos por semana, considerando que a gente não consegue reunir o grupo todo de uma vez. Na escola em que eu trabalho, são 130 professores/as. Eu fraciono em quatro tempos de 45 minutos. Então, eles/as conseguiram retirar o pouco espaço que nós tínhamos para reflexão, para a construção de possibilidades de resistência.

Estamos sendo transformados/as cada dia mais em executores/as. É esse o modelo. A equipe que está na Seduc-SP, tanto à frente da reforma do ensino médio como nas outras coordenadorias, é uma equipe que se julga muito competente, mas que nunca deu aula em escola pública. Nunca pesquisou a escola pública. Não sabe o que é uma escola pública. Eles/as estão gerenciando uma grande empresa, na concepção deles/as. Não é uma questão específica do ensino médio, mas na essência, a gente está muito prejudicado/a.

Como eu trabalho numa escola que oferta apenas ensino médio, os/as estudantes que estavam no 1º ano em 2021, eu não conhecia. Porque começou o ano letivo, eles/as frequentaram três semanas de aula e as aulas foram suspensas por causa da pandemia. Eles/as eram alunos/as novos/as na escola. Fizeram o ensino fundamental em outra escola, chegaram e logo ficaram no ensino remoto. E a Seduc-SP insistiu nesses processos falaciosos das consultas, escuta do/a aluno/a [refere-se às consultas *online* a estudantes]. Tem aluno/a que até hoje não entendeu o que é que ele/a está fazendo dentro daquele determinado itinerário, porque ele/a não tinha internet, ou porque ele/a não quis saber, ou porque tinham morrido três pessoas da família dele/a e ele/a não estava com cabeça para pensar naquele momento. Então, o processo foi atropelado de uma maneira assustadora, num momento em que isso não poderia ter acontecido, com tanta gente morrendo. Então, foi muito complicado essa democracia de fachada. Ou, como diria o [Maurício] Tragtenberg, esse *participacionismo*.

O aspecto curricular, no meu ponto de vista, é uma tragédia. O material é muito ruim, é esvaziado de qualquer propósito conceitual. E aí, se não há apropriação de conceitos, é impossível que haja construção do conhecimento. Eles/as estão lá praticando, praticando, praticando, e saem sem saber o que é que eles/as estão praticando, porque não trabalham com o conceito. Eles/as [a equipe da Seduc-SP] usam isso dizendo que eles/as não estão mais naquela escola tradicional, que precisa ser superada. Mas em nenhum momento

a gente disse que não precisava mais trabalhar com conceito. Nossos problemas com a escola tradicional eram outros, não a questão do conhecimento.

Tanto o currículo – que foi homologado pelo conselho estadual, foi o primeiro estado do Brasil – como as apostilas que fizeram para os itinerários, que se chamam Material de Apoio ao Planejamento e Práticas de Aprofundamento – MAPP, são lamentáveis. É desesperador você colocar professores/as que estudaram e se prepararam para trabalhar com aquelas coisas esvaziadas de sentido. Sorte das escolas que conseguirem reconstruir o processo pedagógico a partir dos seus projetos político-pedagógicos ou a partir de alguma coisa. Caso contrário, a juventude vai estar mesmo destinada a um esvaziamento ainda maior da formação. Se tudo isso fosse muito ruim, autoritário, trabalhoso e inútil, mas o currículo estivesse valendo a pena para os/as estudantes, a gente diria: ‘bom, vamos só ajustar então as outras coisas’. Mas infelizmente não é o caso.

A equipe toda é muito autoritária, não era só o Rossieli, não são só os/as dirigentes. É um *modus operandi* deles/as. Quando alguém questiona muito, eles/as batem na mesa e gritam. Então isso também vai na contramão de tudo o que a gente propõe para a maior rede de educação pública do país. Essa questão da ampliação, o ensino híbrido, que agora ficou bonito, está na moda, isso para mim é a barbárie. No período noturno muito mais. Eu sei que a lei da reforma do ensino médio traz a transformação do ensino médio em tempo integral. A gente sabe disso. Só que eu sou uma professora que deu aula no Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério – CEFAM [para formação de professores/as da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental], que era uma escola em nível de 2º grau, em que os/as estudantes ficavam o dia todo na escola. Mas eles/as recebiam uma bolsa em dinheiro para poderem ficar ali o dia todo. Agora, nessa condição, os números já estão aí escancarados. Nós sabemos a enorme quantidade de estudantes que precisou sair para o mercado de trabalho no auge da pandemia porque os/as pais/mães foram demitidos/as. E ainda fazer uma ampliação nesse formato? Isso só comprova tudo que a gente já desconfiava.

Márcia Regina da Silva: Sobre pontos positivos, eu acho que uma das coisas são os recursos. A gente não disponibilizava recursos para o ensino médio, o ensino médio sempre foi subfinanciado. E com o Novo Ensino Médio, está vindo recurso federal e recurso estadual. Então, tivemos espaço, porque o problema é que temos adquirido equipamentos e não há espaço, e o/a professor/a não tem tempo para fazer uma aula diferenciada. Você precisa ter tempo de preparo e precisaria ter uma pessoa para ajudar a organizar aquele material. Então, recurso é uma das coisas que tem vindo [faz referência ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE Paulista].

Mas eu queria pensar assim: quando se pensou a BNCC do ensino médio, se pensou em reduzir a pulverização de disciplinas. Então, começou a se conversar para tirar essa pulverização. E em 2017 pulverizou mais ainda, não é? Mas a Márcia Jacomini sabe que eu sempre falo que o outro ensino médio também era indefensável. Esses dias eu ouvi a Ana

Paula Corti falando que o ensino médio nunca foi feito para ser de massa, ele nunca foi feito para ser universal. Eu achei uma conclusão muito interessante. O ensino médio, lá atrás, era para pôr o pessoal só na universidade. Era para a elite, e ele continuou desse jeito, sem falar para a classe trabalhadora, no sentido de ter conhecimento. Por que é que eu preciso ter conhecimento? Da forma como ele é colocado, os/as nossos/as jovens não conseguem entender por que aquele conhecimento faz sentido. E as graduações também estão nessa pegada.

Então, a pulverização aumentou e os/as nossos/as meninos/as hoje são cobaias. Porque na educação, você troca o pneu com o carro andando. Na questão dos pontos negativos, não conseguimos atribuir o itinerário que é de Matemática e Ciências Humanas. Os nossos itinerários estão até hoje sem professores/as. Sem professores/as, sem uma manifestação de interesse na Secretaria Escolar Digital. Eu nunca tive nenhuma manifestação de interesse nos itinerários de Química, Física e Biologia. Então, os/as jovens serão prejudicados/as. Foi proposta uma coisa que seria melhor do que aquilo que já não era bom, mas está inferior, porque nem professor/a conseguimos ter para esses/as meninos/as. Os itinerários são complicados, mas se você tem lá um/a professor/a, ele/a consegue dar um pouquinho. Mas nem esse pouquinho nós temos.

Quanto ao Aulas de Trabalho Pedagógico Coletivo – ATPC, na escola onde trabalho, nós conseguimos retornar o ATPC que a gente tinha antes. Deixar os/as professores/as ali no Centro de Mídias é tortura. E a gente tem conseguido fazer uma reflexão. Mas eu acho que a coisa boa, boa mesmo, são os recursos. Mas, mesmo assim, aí você adquire as coisas, e para usar é complicado. Não há o tempo para elaborar.

Janaína Paulieli Lavado: Eu entendo que nenhuma reforma, ainda que seja embasada, ainda que seja pensada por pessoas que já experienciaram a educação pública, não vai surtir efeito se não existir ali uma preocupação com a formação docente. Por que é que eu falo isso? Eu acho que eu sempre acabo sendo repetitiva, porque às vezes eu falo assim nas reuniões. Realmente, como a colega falou, não tem professor/a. Falta professor/a. E os/as professores/as que estão surgindo na rede, que estão chegando na rede, eles/as vêm muito despreparados. Eles/as vêm com uma base muito ruim de formação, mesmo da disciplina que ele/a estudou. E quando eles chegam à escola, aquele caderninho que lhes é oferecido, seja o Material de Apoio ao Planejamento e Práticas de Aprofundamento – MAPPA, seja o currículo... é o que ele/a tem, é naquilo que ele/a se embasa para dar aula. É aquilo que ele/a vai estudar. Então, para o/a professor/a que chega, aquilo está de bom tamanho. Ele/a precisa dessa base.

Então, eu acho que é boa a parte de ter dinheiro, de ter verba para a gente organizar as coisas na escola. Quem vem aqui na escola Asa Branca, nossa! Eu consegui fazer uma pista de corrida, eu consegui fazer um quiosque para ter aula ao ar livre para os/as alunos/as. Consegui reformar o palco, tem um camarim atrás do palco. Então, a gente conseguiu fazer muita coisa com o dinheiro. Mas também vejo que nem sempre só o dinheiro ajuda, se a gente não tiver uma formação do/a professor/a. E a gente só vai ter uma melhor formação do/a professor/a se a gente melhorar a carreira, se a gente conseguir atrair pessoas que

vão se dedicar, que vão entender que a educação pública é necessária e que ela precisa de pessoas engajadas. Porque não é o que a gente tem visto na rede, entende?

A vantagem que eu tenho aqui na escola, e a gente já conversou sobre isso, até o José Alves⁵, que esteve aqui na semana passada falou: *“a gente precisa ver por que esta escola é diferenciada”*. A gente não tem falta de nenhum/a professor/a hoje, não é? A gente tem os/as professores/as em regime de 40 horas semanais. Tem professores/as, por exemplo, que começaram a lecionar ano passado, que fizeram a faculdade toda em EaD durante a pandemia e hoje estão dando aula. E aí a gente tem professores/as mais experientes. E eu acho que o fato de eles/as estarem aqui há bastante tempo, existe muito essa troca. Está existindo muito essa troca, de um/a assistir à aula do outro/a, de se ajudar, de se espelhar no/a professor/a mais experiente. Teve uma professora que falou assim: *“ah, eu gosto quando vocês me chamam aqui para falar alguma coisa”*, porque ela é sedenta de que alguém a oriente, sabe? E então a gente tem essa vantagem, de ter o grupo todo completo, de ter os/as professores/as aqui mais tempo, para inclusive se dedicar um pouco mais aos itinerários, que é o que eles/as têm feito.

O José mesmo falou assim: *“nossa, cada professor/a queria contar a sua experiência com o itinerário”*. Eles/as obviamente falavam da dificuldade que era, de ser meio destoante do currículo e tal, mas eles/as contavam a experiência, o que é que eles/as estavam fazendo para buscar. E, tanto o José quanto eu, ficamos superfelizes e empolgados, porque mesmo com pouca formação, mesmo alguns/umas professores/as sendo novos/as na rede ou tendo pouca experiência – e nenhuma experiência com o itinerário, obviamente –, a gente estava vendo o empenho deles/as. Mas eu acho que só existe esse empenho, em alguma medida, porque eles/as fazem ainda essa troca, eles/as estão um pouco mais de tempo aqui. Eu também dou muito espaço para eles/as fazerem, para eles/as criarem, para eles/as juntarem turmas e trabalharem como quiserem. Então, isso está sendo bom, mas eu entendo que nenhuma reforma vá funcionar efetivamente se não existir um investimento na carreira. Porque ainda que os/as professores/as tenham boa vontade e se dediquem, se ajudem e troquem, vai ser aquilo ali, vai ser ali no raso, vai ser com base no MAPP, vai ser com base naquele livro didático sem muito aprofundamento, sem muita criticidade, que é o que a gente esperaria. Mas as coisas estão acontecendo.

Márcia Jacomini: Quais são as principais dificuldades que vocês estão encontrando para a implementação do Novo Ensino Médio?

Janáina Paulieli Lavado: Os/As alunos/as têm bastante dificuldade na escolha dos itinerários. Quando eles/as tiveram de escolher, eles/as foram muito pela professora. A princípio a gente achou que era... a professora de Matemática e a de Português, eles/as se familiarizavam mais com a professora de Matemática. Quase todo mundo quis ir para o itinerário de Exatas. Só que aí, depois que eles/as viram que no itinerário de Ciências Humanas teria aula de Educação Física, então eles/as já quiseram mudar. Então, assim, isso

é complicado, porque eles/as não têm maturidade para escolher exatamente o que querem. Eu acho que é muito cedo para escolher o que eles/as querem para a vida. E eles/as não têm essa maturidade, eles/as vão escolher devido à familiaridade com o professor, com a professora. Por mais que a gente oriente, é assim que acontece. A gente teve que fazer meio que um bem-bolado: 'olha, fica nesse semestre aqui, no semestre que vem você vai para outro e tal', para convencer as turmas a ficarem mais ou menos do mesmo tamanho. Então, eu acho que isso é uma dificuldade que a gente enfrenta.

Hélida Lança: Tem duas coisas que eu quero acrescentar. Primeiro, o processo de decisão da escola sobre quais itinerários seriam ofertados. Não foi um processo simples para nós. Obviamente que foi uma decisão ampliada, aberta, tivemos três encontros para tomar essa decisão, mais ou menos no meio do ano passado. A Seduc-SP fez uma 'escuta' com os/as estudantes, montou uma planilha gigantesca no Excel e mandou aquilo para as escolas com uma calculadora de itinerários. E ali a gente conseguia ter uma visão do que os/as estudantes preferiam, ainda que eles/as trabalhassem com dez opções, ordenando e classificando essas opções. Bom, então a escola deveria considerar o que os/as alunos/as tinham apontado, para então definir quais itinerários seriam oferecidos no ano seguinte. E aí foi uma discussão muito difícil. A gente não conseguiu construir consenso e precisou abrir mesmo para o sistema de votação, o que não costuma ser uma prática aqui. Na maioria das vezes, a gente demora, mas consegue construir acordos. Na escola, temos os itinerários das quatro áreas puras, pois a maioria votou para que não tivesse aqueles itinerários de áreas integradas. Eu também votei nas áreas puras, porque, na minha concepção, as áreas integradas não aprofundam em nada. Não que as áreas puras estejam aprofundando muito, mas pelo menos a gente pode tentar. A Seduc-SP mostrava esse processo como uma coisa muito simples, mas não foi simples. Havia alguns/umas professores/as com dificuldade de compreender. Havia alguns/umas com muita consciência do todo e outros/as nem tanto. Olhavam só para a sua própria disciplina, e aí não conseguiam pensar na formação que estava se desenhando para o/a aluno/a. Deu muito trabalho para a gente chegar nesse denominador comum. Para nós essa questão foi muito delicada, porque era um momento que ia determinar tudo que vinha pela frente.

Na escola onde trabalho, nós organizamos da seguinte forma: o 2º ano A, por exemplo, é da área de Humanas. Então nós pusemos todos/as que vão fazer o itinerário de Humanas no 2º A. Então, a lista do 2º A é a mesma lista do itinerário A e é a mesma lista da expansão A. Nós construímos dessa maneira. Tem escolas que não fizeram assim. Matricularam os/as alunos/as aleatoriamente nas turmas de formação geral. E aí, quando dá determinado horário, os itinerários só podem acontecer, por exemplo, nas duas últimas aulas, ou nas duas primeiras... Aí o/a estudante que é do 2º A vai para a sala onde está ocorrendo o itinerário em que ele/a está matriculado. Aquele 2º A se pulveriza. Então, os/as estudantes fazem a Formação Geral misturados/as e se separam para o itinerário. Isso acarretou

muitas dificuldades na organização da escola. Por quê? Tinha professor/a que, na atribuição de aulas, por exemplo, recebeu 20 aulas dos itinerários formativos. A limitação está para a carga de expansão. Itinerário é aula presencial comum, e ele/a pode ter até 32 aulas. Mas se a escola desenhou naquele formato, com as aulas dos itinerários concentradas nas duas últimas aulas do dia, o/a professor/a só consegue dar 10. E as outras 22? Então, isso está sendo quiproquó. Teve escola que voltou atrás, teve escola que não voltou. A Seduc-SP não se posiciona. A gente está entendendo que não há uma regra com relação a isso, nem sequer uma orientação, porque cada um fez do jeito que achou melhor.

Sobre essa questão de o/a aluno/a ficar mudando de itinerário, há muita diversidade de informação e de interpretação na rede. Eu entendo que não, que ele/a não vai mudar. E se ele/a mudar, ele/a terá inclusive que passar por estudos de adaptação. Numa das poucas *lives* a que assisti foi isso o que ouvi. Mas vejo várias pessoas falando que o/a aluno/a pode ir pulando em cada semestre para uma área diferente. E isso não está escrito. Eles legislaram muito pelo Centro de Mídias, mas esqueceram de publicar algumas coisas. Aí a rede fica solta. E é bacana saber onde estão esses espaços, porque talvez neles a gente consiga construir alguma coisa mais interessante.

E, Janaína, eu tenho pleno acordo com você: a gente nunca vai sair do lugar se não tiver investimento em carreira, em salário, em formação. Esse é o tripé da qualidade da educação. A gente não avança. Só que a gente está indo na contramão, porque nesse processo de implantação do ensino médio, a quantidade de planilhas, de controle disso, de controle daquilo, aumentou muito. É controle de tudo. Agora, a gente tem relatório do Centro de Mídias que permite saber o dia, a hora, os minutos e os segundos que o/a professor/a entrou e permaneceu. Com meia dúzia de cliques, eu faço um relatório desses. Então é um avanço ainda maior e mais agressivo nessa questão do controle e da precarização. A categoria docente está de joelhos. Não tem como a gente achar que a categoria vai se levantar. Está ganhando mal, está endividada, está extenuada, está muito difícil. Mas é o que temos.

Márcia Regina da Silva: Eu acho que o maior problema na implementação é que nós não estamos oferecendo nada. Quando a gente conversa com os/as nossos/as meninos/as, eu falo assim: 'a gente tem que fazer. A lei está mandando. A gente não vai conseguir oferecer para vocês tudo o que é que falam a respeito, mas a gente tem que se organizar'. Porque assim, o/a menino/a que faz o itinerário *A cultura do solo: do campo à cidade*, ele/a vai estar preparado para quê? O/A aluno/a que faz o itinerário *Start, hora do desafio*, ele/a vai estar preparado para quê? E aí você fala assim, depois da Formação Geral Básica, ele/a tem cinco aulas semanais, mais cinco de expansão, sobre essas coisas. Nós estamos oferecendo vento para os/as alunos/as. Como eu falei, eles/as estão sendo cobaias nessa implementação, e a Héliida falou muito bem quando ela disse que o 1º ano noturno não teve as aulas de expansão em 2021.

Essa semana eu comecei o processo de conversar com eles/as a respeito da escolha para 2023. O quanto a gente consegue informá-los/as a respeito dos itinerários? Se a gente

fizesse oficinas, se a gente fizesse pesquisa, mesmo assim os/as meninos/as não iam ter condições de escolher... de saber o suficiente para escolher. 'Agora você vai estudar zoonoses tropicais'. Quem estudar zoonoses tropicais vai estar formado/a em quê? Então, essa é a dificuldade que nós estamos enfrentando, porque nós somos servidoras públicas e temos que fazer, mas não estamos oferecendo nada para os/as discentes. Não vamos conseguir dizer que todo esse esforço que estamos fazendo vai contribuir para o/a jovem ter maior preparação para a vida, para este mundo. A gente fica como o vendedor de ilusões ou até como instrumento golpista, porque a gente está falando para o/a aluno/a que é o Novo Ensino Médio, mas nós não vamos entregar aquilo que em tese seria proposto. Porque o/a nosso/a professor/a, ele/a tem duas aulas e uma é remota.

O/A aluno/a escolhe o itinerário pelo nome-fantasia, não é porque ela/e sabe o que é que ela/e vai estudar. Eu percebi – não sei se vocês repararam ali na apresentação dos itinerários e das mudanças – que eles/as usaram os itinerários meio como uma vacina. Quando se começou a falar que ia reduzir o número de aulas, eles/as vinculam os itinerários à Filosofia, à História, à Sociologia. Eles/as tentam dizer assim: 'não vai faltar aula'. Que a redução do número de aulas na Formação Geral Básica vai, em tese, ser suprida pelo itinerário. Então, até a própria construção que eles/a fizeram foi um remendo, que não muda a qualidade ou o que nós estamos oferecendo para os/as nossos/as jovens. Eu acho que, no ano que vem, o/a professor/a efetivo/a vai escolher outra coisa, não vai pegar itinerário. Então, se agora já está difícil, acho que vai piorar no ano que vem.

Hélida Lança: E quando você fala que está esvaziado, que nós estamos vendendo vento, eu concordo plenamente com você. A gente só não pode esquecer que essa é a essência da BNCC. Nós estamos fazendo exatamente o que está posto lá. Não é a nossa intenção, mas é a intencionalidade dessas políticas. Então eles/as são muito estratégicos/as e inteligentes, e estão colocando em prática a formação dos sujeitos para um modelo de sociedade que eles/as desejam, mas não é a que a gente quer. Mas para eles/as, a educação está OK. É assim que eles/as querem que seja.

Márcia Jacomini: Vocês gostariam de acrescentar outras questões que considerem importantes e que não foram perguntadas nesta entrevista?

Márcia Regina da Silva: Eu queria dizer que eu acho que a tempestade perfeita foi feita. A implementação do Novo Ensino Médio com a pandemia, com o ensino remoto e com este governo, que eu nunca imaginei que poderia chegar e falar assim: 'este [o governo de João Doria] é o pior governo do PSDB⁶ que nós já tivemos'. Então, eu tenho sentido – e eu acho, no geral, mas o ensino médio representa isso – essa falta de a gente saber qual é o rumo da Seduc-SP. Porque o não-projeto também é um projeto, eu costumo dizer. Mas a gente se sente extremamente desrespeitado/a, aviltado/a, enquanto

trabalhador/a da educação, enquanto educador/a, enquanto gestor/a. Porque, assim, querem transformar a gestão da escola num gerenciamento, e a gestão escolar é muito mais ampla do que essa questão.

Eu tenho participado na Diretoria de Ensino de momentos em que eles/as acham que nós estamos no céu, que as questões da pandemia que refletem na escola não estão acontecendo. Não sei se seria diferente em outra gestão. Mas acho que o Novo Ensino Médio só pôde ser implementado dessa forma por conta do ensino remoto, por conta da pandemia e dessa gestão autoritária. E não é sem projeto, porque esse é o projeto, não é? Mas que não quer reconhecer uma educação de qualidade social, uma educação inclusiva, uma educação que respeite os trabalhadores e as trabalhadoras. Quero também frisar que, como a Héliida falou, nós estamos em um momento em que, economicamente, as pessoas estão com muita dificuldade. Então, os/as professores/as e quem está chegando na escola estão sofrendo as consequências da reforma trabalhista, que arreventou com diversos setores. Os/as engenheiros/as estão voltando para a escola, os/as advogados/as voltando para a escola, os/as contadores/as voltando para a escola. E nós estamos revendo um filme lá do final da década de 1990, começo dos anos 2000. Está se reproduzindo.

Janaína Paulieli Lavado: Eu queria dizer que fazer parte do Grupo Escola Pública e Democracia – Gepud⁷ é um respiro para a gente tentar ressignificar as práticas. Porque às vezes, eu me sinto muito... quase sempre eu me sinto muito, muito, muito, muito, muito cansada... assim, de tanto dar conta. Eu não aguento mais só dar conta, dar conta, dar conta, dar conta... E aí, quando a gente conversa, quando a gente tenta pensar em possibilidades juntos, aí eu vejo que ainda faz algum sentido, sabe? Porque tem dia que eu falo: 'eu não sei se quero o resto da minha vida ficar dando conta'. Porque a gente dá conta, mas eu não sei se eu quero ficar só dando conta de tantas coisas, de tanta demanda, sem muitas vezes parar para problematizar, sabe? Porque às vezes a gente acaba agindo assim.

Héliida Lança: Talvez eu não tenha explicado que optamos por fazer um trabalho com os/as estudantes, de levar a eles/as a nossa crítica com relação ao Novo Ensino Médio. Então, a gente já vinha fazendo isso desde as discussões da BNCC. Na hora que a Janaína falou daquele *Dia D*, de 2018, naquele dia, o Fernando Cássio [professor da UFABC] foi falar conosco sobre esta temática. E tinha estudantes. Agora, para essa turma que de fato está sofrendo na pele a implantação do Novo Ensino Médio, eu não vendo peixe nenhum para eles/as não. Eu digo: 'olha, isso aqui é um horror. Esse projeto do governo de São Paulo mutilou a formação de vocês. Vocês precisariam se movimentar com relação a isso'.

Mas, infelizmente, não percebi ainda nas organizações estudantis, por razões que desconheço, um levante com relação a isso. Até porque a Seduc-SP também fez um trabalho de cooptação dos grêmios escolares e dos/as líderes do movimento estudantil, que eles/as foram chamando ali para conversar: essa linha de convencê-los/as de que eles/as são protagonistas

porque estão escolhendo os itinerários com nome bonito. Mas a gente tem tentado fazer essa crítica dentro da escola com os/as estudantes. Para encerrar, quero dizer que nós temos lá na escola três impressoras 3D, uma sala *maker* e uma boa parte dos/as estudantes que não sabe conceitos básicos da Sociologia. É nessa escola que a gente está trabalhando.

Recebido em: 30/06/2022; Aprovado em: 07/07/2022.

Notas

- 1 Diretora da Escola Estadual Oswaldo Catalano, no bairro do Tatuapé, São Paulo/SP. Fez magistério, licenciatura em Artes, especialização em Gestão Educacional, mestrado e doutorado em Educação.
- 2 Diretora da Escola Estadual Maria José Antunes Ferraz, no município de Taboão da Serra/SP. Trabalha há 34 anos no magistério, sendo 25 como diretora. É licenciada em Pedagogia e mestra em Ciências Sociais.
- 3 Diretora da Escola Estadual Asa Branca da Serra, no município de Itapeverica da Serra/SP. Possui licenciatura em Letras (Língua Portuguesa e Língua Espanhola) e Pedagogia. Iniciou a carreira no magistério em 2011 como professora e, em 2018, se tornou diretora na mesma escola. A EE Asa Branca da Serra ingressou no Programa Ensino Integral – PEI do governo de São Paulo em 2022.
- 4 O Programa Inova Educação, implementado na rede estadual de São Paulo para os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio, a partir de 2019, consiste no acréscimo de cinco aulas semanais na grade curricular, sendo duas de “Projeto de Vida”, duas de disciplinas eletivas e uma de “Tecnologia e Inovação” (GOULART *et al.*, 2021).
- 5 A referida escola faz parte de um Projeto de Extensão vinculado à Universidade Federal de São Paulo, e é acompanhada pelo professor José Alves, da Universidade Federal de São Paulo, campus Diadema.
- 6 O Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB governa o estado de São Paulo, consecutivamente, desde 1995.
- 7 O Gepud reúne profissionais da educação básica e superior pública do estado de São Paulo para discutir políticas que garantam o direito à educação e à gestão democrática da escola. Ver: <<http://www.gepud.com.br/gepud.html>>.

Referências

GOULART, Débora Cristina *et al.*, *Inova Educação: leitura crítica sobre a proposta educacional dirigida à juventude paulista*. São Paulo: Ação Educativa/GEPUD/Unifesp, 2021. Disponível em: <<https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2021/10/RELAT%C3%93RIO-INOVA-REV-7-1.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2022.